

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**:... seguida de **Assertiva**:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## PROVA OBJETIVA

### BLOCO III

#### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

##### QUESTÃO 1

O Sistema Tributário do Estado do Rio Grande do Sul

- Ⓐ é regido pela Constituição Federal de 1988 e por normas indicadas na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.
- Ⓑ compreende que as taxas e a contribuição de melhoria são impostos estaduais.
- Ⓒ dispensa o estado de repassar recursos oriundos dos tributos municipais, a serem recolhidos diretamente pelos municípios.
- Ⓓ estabelece que multas decorrentes de infração de trânsito pertencem ao estado, ainda que as violações ocorram em vias municipais.
- Ⓔ dispõe que o imposto de transmissão *causa mortis* e de doação de bens e direitos compete ao município.

##### QUESTÃO 2

Com relação ao imposto de circulação de mercadoria e serviços (ICMS) do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- Ⓐ O referido imposto foi instituído pela Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.
- Ⓑ A hipótese de incidência desse imposto é uma previsão abstrata contida em lei estadual.
- Ⓒ O local da operação, para efeitos de cobrança desse imposto em razão da venda de mercadorias, é o do estabelecimento destinatário, adquirente da mercadoria.
- Ⓓ O adquirente esporádico de petróleo não é considerado sujeito passivo do ICMS.
- Ⓔ O ICMS consiste em imposto não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas operações posteriores.

##### QUESTÃO 3

À luz da legislação pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- Ⓐ Instituições de educação sem fins lucrativos são isentas do imposto relativo a seus veículos automotores que estejam relacionados com as finalidades essenciais dessas entidades.
- Ⓑ O proprietário que vende automóvel é solidariamente responsável com o adquirente pelo pagamento do IPVA, até o registro da comunicação da transferência no órgão competente.
- Ⓒ O contribuinte não tem o dever de facilitar a ação fiscal, embora deva pagar os impostos devidos.
- Ⓓ A base de cálculo do IPVA incidente sobre a propriedade de veículo novo é o valor médio de mercado apurado por instituições avaliadoras.
- Ⓔ Não podem ser cumuladas penalidades administrativas com as penalidades tributárias previstas na lei estadual do IPVA.

##### QUESTÃO 4

João, viúvo de Maria, faleceu e deixou de herança para o seu filho, José, um imóvel, avaliado em 30 mil unidades de referência fiscal (UFIR), localizado no estado do Rio Grande do Sul. No ano seguinte, José, que era solteiro, faleceu e deixou o referido imóvel de herança para o seu filho, Mariano, domiciliado no Distrito Federal. Apenas após a morte de José, o imposto de transmissão *causa mortis* e doações (ITCD) foi pago integralmente. Maria não deixou bens.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ o fato gerador do ITCD, relativo ao falecimento de João, foi o registro do formal de partilha no cartório de registro de imóveis.
- Ⓑ ocorreu fato gerador de ITCD duas vezes: a primeira quando da morte de João, e a segunda quando da morte de José.
- Ⓒ o ITCD é devido ao Distrito Federal, domicílio de Mariano, o último herdeiro.
- Ⓓ como o imóvel deixado por João foi avaliado em 30 mil UFIR, o ITCD não deverá ser pago pelos herdeiros listados, por ser essa uma hipótese legal de isenção.
- Ⓔ a base de cálculo do ITCD relativo à morte de José é o valor de 30 mil UFIR, descontando-se o valor do ITCD anteriormente pago na morte de João.

##### QUESTÃO 5

A respeito da taxa de serviços diversos do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe à Secretaria de Educação do estado fiscalizar a taxa referente a serviços de inscrição em concurso público.
- Ⓑ Apesar de os recursos serem destinados ao estado, a fiscalização da taxa compete a cada município onde o serviço for executado.
- Ⓒ A isenção da taxa abrange as pequenas empresas e os microprodutores rurais.
- Ⓓ Os alvarás e os registros anuais são definitivos e desprovidos da exigência de renovação anual.
- Ⓔ A substituição de placas de veículos é serviço isento da taxa se atendidos os devidos requisitos.

**QUESTÃO 6**

Antônio ajuizou ação cível de conhecimento, de valor inestimável, contra o estado do Rio Grande do Sul. No ato da distribuição da ação, foi exigido de Antônio o pagamento da taxa de serviços judiciais, o que foi cumprido. Após a citação, Antônio desistiu da ação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, a respeito da taxa de serviços judiciais.

- A Não foi lícita a cobrança da taxa a Antônio, porque o réu era o próprio estado do Rio Grande do Sul.
- B A desistência do processo impõe a devolução da taxa paga por Antônio.
- C O pagamento da referida taxa é feito por meio de talonário de recibos.
- D A taxa, dada sua natureza jurídica, deve ser cobrada em valores fixos, não sendo admitida a aplicação de alíquotas percentuais.
- E Por se tratar de causa cível de valor inestimável, o valor da causa será o de alçada, sendo fixo o valor da referida taxa.

**QUESTÃO 7**

Em 2017, no estado do Rio Grande do Sul, Matheus emplacou automóvel que ele havia acabado de adquirir. Em janeiro do ano seguinte, o veículo foi roubado, e Matheus, sem saber do paradeiro de seu veículo, registrou boletim de ocorrência na delegacia. Em maio do mesmo ano, a polícia encontrou o veículo, que havia sido abandonado após colisão contra uma árvore. Contatado pela polícia, Matheus confirmou se tratar de seu veículo; acionou, então, a seguradora, que, após perícia, constatou perda total do veículo provocada pela colisão.

Nessa situação, com relação ao IPVA do veículo em questão, a Matheus será concedido(a)

- A dispensa do pagamento do imposto proporcional ao número de meses em que o veículo ficou desaparecido.
- B suspensão do pagamento do imposto, uma vez que o dano causado ao veículo foi irreversível.
- C obrigação de pagar o imposto integralmente, pois não se trata de hipótese de isenção nem de dispensa do tributo.
- D imunidade do imposto somente se o veículo tiver sido fabricado há mais de vinte anos.
- E o direito ao cancelamento do imposto relativamente aos meses em que o veículo não for reparado.

**QUESTÃO 8**

Acerca da isenção da taxa de serviços diversos do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- A Os praças das Forças Armadas que exercem função de capelão têm direito à isenção da taxa do serviço de registro de veículo.
- B O atestado de pobreza é prova necessária para o gozo da isenção da taxa sobre o serviço de expedição de certificado de vacinação animal.
- C O solicitante de certidão para fins militares terá isenção da taxa de expedição do documento somente se comprovar ser militar.
- D As microempresas têm direito à isenção da referida taxa, desde que apresentem documento fornecido pelo órgão estatal competente que comprove a condição de microempresa.
- E A isenção da referida taxa é aplicável ao serviço de emissão de atestado de vida, mas não ao de sepultamento de cadáver.

**QUESTÃO 9**

No que diz respeito ao regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- A Em relação a serviços de transporte, o tomador de serviço é o responsável contratual pelo pagamento do serviço, desde que não seja o remetente ou o destinatário.
- B Bem importado por pessoa física é equiparado a mercadoria apenas se destinado ao consumo.
- C Uma empresa que orienta as atividades sociais de outra é considerada controladora, para todos os efeitos do ICMS.
- D O contrato de adesão de transporte de passageiros não é suscetível de tributação pelo ICMS.
- E O momento de fornecimento de mercadoria com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios é fato gerador do ICMS.

**QUESTÃO 10**

Assinale a opção correta, com relação a normas do Sistema Tributário do Estado do Rio Grande do Sul.

- A Benefícios fiscais oriundos de convênios entre o estado e demais unidades da Federação somente têm eficácia após ratificação da assembleia legislativa do estado.
- B Benefícios fiscais internos podem ser concedidos apenas mediante autorização do Poder Executivo local.
- C A contribuição de melhoria decorrente de serviços públicos compõe o referido sistema tributário.
- D Lei estadual pode excluir o direito de fiscalizar entidades diretamente vinculadas ao fato gerador do tributo estadual.
- E Os municípios devem informar ao estado os dados das operações com cartões de crédito, para fins de arrecadação do ICMS.

**QUESTÃO 11**

De acordo com a legislação tributária aplicável ao estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta, a respeito do ICMS.

- A É vedada a incidência de ICMS sobre a prestação de serviços.
- B Compete exclusivamente ao Senado Federal fixar, mediante resolução, alíquotas mínimas, internas e interestaduais, e conceder isenções referentes ao ICMS.
- C A isenção do ICMS concedida a templos de qualquer culto religioso é extensiva a todos os imóveis de propriedade do beneficiário.
- D O ICMS é cumulativo em operações sucessivas quando se refere à circulação de bens e mercadorias entre estados distintos.
- E O ICMS não incide em operações de saída que destinem mercadorias a consumidor final no exterior, sendo assegurado o crédito tributário relacionado ao imposto eventualmente pago em operações e prestações anteriores.

**QUESTÃO 12**

O estado do Rio Grande do Sul aplica alíquotas variadas de ICMS nas operações entre contribuintes. Considerando-se todos os percentuais praticados, é correto afirmar que as alíquotas

- A internas são de 7% e de 17%.
- B internas são de 12% e de 17%.
- C interestaduais são de 17% e de 25%.
- D interestaduais são de 7% e de 12%.
- E internas e interestaduais são de 7%, de 12% e de 17%.

**QUESTÃO 13**

O princípio da essencialidade do ICMS

- A restringe-se aos produtos de primeira necessidade.
- B não admite a diferenciação de alíquotas entre itens supérfluos.
- C emana do caráter seletivo do tributo.
- D não se aplica a serviços.
- E relaciona-se ao potencial subjetivo de arrecadação.

**QUESTÃO 14**

O fato gerador e a hipótese de incidência do ICMS

- A são vinculados a contraprestações da administração pública.
- B contemplam produtos importados do comércio internacional.
- C afastam outras incidências tributárias em razão do *bis in idem*.
- D resultam de resoluções de maioria absoluta do Senado Federal.
- E incidem sobre o ouro definido por lei como ativo financeiro.

**QUESTÃO 15**

A empresa Alfa Tecnologia S.A., sediada em Santa Maria – RS, forneceu à empresa Beta Suprimentos e Tecnologia Ltda., localizada em Vitória – ES, em julho de 2018, um computador e uma impressora, os quais foram revendidos no mesmo mês, respectivamente, a Pedro, em Brasília – DF, e a Paulo, em São Luís – MA, os dois consumidores finais dos referidos produtos. Pedro e Paulo, ao contrário das duas empresas, não são contribuintes do ICMS.

Nessa situação hipotética, o recolhimento do diferencial entre a alíquota de ICMS interna e a interestadual é responsabilidade de

- A Beta Suprimentos e Tecnologia Ltda.
- B Alfa Tecnologia S.A.
- C Pedro e Paulo.
- D Pedro somente, pois não há diferença de alíquotas no caso de Paulo.
- E Paulo somente, pois não há diferença de alíquotas no caso de Pedro.

**QUESTÃO 16**

Assinale a opção que indica contribuintes que, mesmo que não habituais, são obrigados a se inscreverem no cadastro geral de contribuintes de tributos estaduais (CGC/TE) do estado do Rio Grande do Sul.

- A substitutos tributários obrigatórios sediados em outro estado e que vendam bens de informática a contribuintes do Rio Grande do Sul
- B importadores de mercadorias do exterior destinadas ao ativo permanente do seu estabelecimento
- C destinatários de serviços cuja prestação tenha se iniciado no exterior
- D consumidores de bens abandonados obtidos por licitação
- E adquirentes de combustíveis derivados de petróleo oriundos de outro estado e destinados a consumo final

**QUESTÃO 17**

De acordo com o Regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul — Decreto estadual n.º 37.699/1997 —, carne verde é aquela

- A imprópria para consumo.
- B resultante do abate de animais — incluídos os produtos comestíveis derivados da sua matança —, em estado natural, resfriados ou congelados.
- C submetida a processos industriais de salga, secagem ou desidratação.
- D de origem vegetal.
- E apreendida pela administração tributária.

**QUESTÃO 18**

Conforme o Regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul — Decreto estadual n.º 37.699/1997 —, a emissão de nota ou cupom fiscal é dispensável quando referente a

- A remessas de peças ou de partes de mercadorias subsequentes à primeira saída.
- B circulação de bens do ativo permanente.
- C fornecedores de energia elétrica, em relação à energia elétrica que fornecerem.
- D entrada de mercadorias remetidas por produtores em estabelecimentos de contribuintes não produtores.
- E remessa e retorno de materiais destinados exclusivamente a exposições.

**QUESTÃO 19**

Conforme o Regulamento do ICMS do estado do Rio Grande do Sul — Decreto estadual n.º 37.699/1997 — a respeito de vendas à ordem ou para entrega futura, assinale a opção correta.

- A A nota fiscal deve ser emitida com destaque do imposto.
- B A base de cálculo do imposto devido adota o valor presumido do produto.
- C As operações efetuadas pelo produtor não se sujeitam à emissão de nota fiscal.
- D O débito do imposto deve ser recolhido pelo vendedor no momento da efetiva saída da mercadoria.
- E Em ambas as situações, é vedada a constituição de crédito tributário ao destinatário.

**QUESTÃO 20**

Agentes da administração tributária do estado do Rio Grande do Sul abordaram, em Porto Alegre, um comerciante que portava aproximadamente dois mil maços de cigarros e os vendia informalmente em local público a cidadãos da capital rio-grandense, sem comprovantes relativos ao ICMS.

Nessa situação hipotética, deve ocorrer, com relação ao ICMS,

- A a isenção tributária, em razão do objeto.
- B a imunidade tributária, em razão da pessoa.
- C a incidência da alíquota básica sobre a mercadoria.
- D a incidência da alíquota reduzida sobre a mercadoria.
- E a incidência da alíquota majorada sobre a mercadoria.

**QUESTÃO 21**

De acordo com a Lei estadual n.º 8.115/1985 do Rio Grande do Sul, na hipótese de importação de veículo pelo consumidor, o fato gerador do IPVA ocorre no momento

- A** da arrematação.
- B** da transação.
- C** do desembaraço aduaneiro.
- D** do pagamento.
- E** da aquisição.

**QUESTÃO 22**

Considerando as disposições da Lei estadual n.º 8.115/1985 do Rio Grande do Sul a respeito da possibilidade de concessão de isenção do pagamento do IPVA para pessoas com autismo ou deficiência, assinale a opção correta.

- A** A legislação distingue deficiência física de deficiência mental severa ou profunda, estabelecendo requisito etário de manifestação da patologia para a concessão da isenção a pessoa com deficiência mental.
- B** A isenção referida é aplicável a todo e qualquer veículo automotor, independentemente de seu valor ou de seu estado — se novo ou usado.
- C** A referida isenção pode ser aplicada a mais de um veículo de propriedade de uma mesma pessoa com deficiência ou autismo.
- D** A legislação equipara o autismo à deficiência mental severa, caracterizando o autismo como uma espécie de deficiência mental para fins de isenção.
- E** A perda total da visão de ambos os olhos é requisito para o gozo da isenção por pessoa com deficiência visual, ao passo que a alteração apenas parcial da função física afetada basta para o enquadramento de pessoa como portadora de deficiência física.

**QUESTÃO 23**

No caso de alienação fiduciária em garantia de veículo automotor, de acordo com a Lei estadual n.º 8.115/1985 do Rio Grande do Sul, considera-se contribuinte do IPVA

- A** a pessoa identificada como credor fiduciário no documento do veículo.
- B** o alienante fiduciário.
- C** a instituição financeira responsável pelo financiamento.
- D** o proprietário ou o possuidor indireto.
- E** o devedor fiduciante ou o possuidor direto.

**QUESTÃO 24**

De acordo com a legislação estadual do Rio Grande do Sul, a base de cálculo do IPVA incidente sobre veículo automotor usado é

- A** o valor médio de mercado, conforme anualmente divulgado pelo Poder Executivo estadual antes do início do ano-calendário.
- B** o valor constante no documento fiscal de compra do veículo, incluído o valor de opcionais e acessórios.
- C** o valor de mercado do modelo do veículo, de acordo com a tabela FIPE vigente à data do fato gerador.
- D** de 3% incidentes sobre o valor constante no documento fiscal, no caso de propriedade de veículos automotores do tipo automóvel ou camioneta.
- E** de 1% incidente sobre o valor de mercado, no caso de propriedade de veículos automotores do tipo caminhão.

**QUESTÃO 25**

De acordo com a legislação estadual do Rio Grande do Sul, no caso de aquisição de veículo novo, o IPVA incidirá apenas de forma parcial e será

- A** reduzido proporcionalmente ao número de meses ainda não decorridos do ano-calendário, posteriores ao mês de aquisição.
- B** reduzido proporcionalmente ao número de meses decorridos do ano-calendário, anteriores ao mês de aquisição.
- C** proporcional ao número de dias já transcorridos, contados da data do fato gerador.
- D** inversamente proporcional ao número de semanas completas já transcorridas, contadas da data do fato gerador.
- E** reduzido à metade se a aquisição do bem tiver ocorrido no segundo semestre do ano-calendário.

**QUESTÃO 26**

Conforme o Decreto estadual n.º 32.144/1985 do Rio Grande do Sul, para os efeitos da apuração da base de cálculo do IPVA, um veículo novo passa a ser considerado usado

- A** após a expedição do segundo licenciamento anual pela autoridade de trânsito.
- B** no primeiro dia útil do mês seguinte ao do primeiro registro do bem no poder público.
- C** a partir do registro no DETRAN da primeira relação de compra e venda entre particulares.
- D** a partir do primeiro dia do ano-calendário seguinte ao da primeira aquisição.
- E** após o transcurso de mais de um ano desde a data da sua primeira aquisição.

**QUESTÃO 27**

No estado do Rio Grande do Sul, para comprovação do pagamento do IPVA, o contribuinte que não esteja desonerado do tributo estará obrigado a conservar no veículo

- A** o documento de quitação do imposto referente ao exercício anterior, acrescido dos comprovantes de pagamento das parcelas já vencidas do exercício em curso.
- B** o documento de quitação do imposto referente ao exercício em curso ou, se não esgotado o respectivo prazo de pagamento, o do exercício anterior.
- C** os comprovantes de quitação referentes aos últimos cinco anos-calendário anteriores ao ano-calendário em curso.
- D** os comprovantes de quitação referentes aos últimos quatro anos-calendários já encerrados, além do comprovante referente ao ano-calendário em curso.
- E** o documento de quitação do imposto referente ao exercício em curso, se o pagamento tiver sido a vista, ou o comprovante de pagamento das parcelas já vencidas, se o pagamento tiver sido parcelado.

**QUESTÃO 28**

No primeiro semestre do ano-calendário, após a data para o pagamento único do IPVA, um contribuinte perdeu o direito à isenção desse imposto.

Conforme o Decreto estadual n.º 32.144/1985 do Rio Grande do Sul, esse contribuinte deverá pagar o tributo

- A** em cota única ou em parcelas, até o último dia do calendário de parcelamento.
- B** em cota única ou em parcelas, até o último dia útil do ano-calendário.
- C** em cota única, no prazo de trinta dias contados da data da intimação da perda da isenção pelo órgão fazendário.
- D** em parcelas, conforme as datas do calendário de parcelamento aplicável à placa do veículo.
- E** em cota única, até o dia quinze do mês seguinte ao da perda da isenção.

**QUESTÃO 29**

Conforme a legislação estadual do Rio Grande do Sul, enquanto não houver o registro da comunicação da alienação do automóvel no órgão público de trânsito, o proprietário de veículo automotor que o alienar será

- A** solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA.
- B** subsidiariamente responsável pelo pagamento do IPVA.
- C** o responsável principal pelo pagamento do IPVA, na qualidade de contribuinte de fato.
- D** considerado contribuinte de direito do IPVA, sem incidência de responsabilidade solidária nem subsidiária.
- E** considerado contribuinte do IPVA até a data da entrega do veículo ao adquirente, não respondendo por dívida posterior à transmissão da posse direta.

**QUESTÃO 30**

De acordo com as disposições da Lei estadual n.º 8.115/1985 do Rio Grande do Sul a respeito das alíquotas de IPVA, assinale a opção correta.

- A** A alíquota para veículos usados é menor que aquela para veículos novos.
- B** A alíquota para veículos movidos a etanol é menor que aquela para veículos movidos a gasolina.
- C** A alíquota para veículos automotores considerados de luxo ou esportivos é maior que aquela aplicável aos demais automóveis.
- D** A alíquota para ônibus e caminhões é menor que aquela aplicável a carros e motocicletas.
- E** Automóveis com menor emissão de poluentes fazem jus à alíquota reduzida, desde que devidamente certificados pela autoridade de trânsito.

**QUESTÃO 31**

A Lei n.º 14.741/2015, do estado do Rio Grande do Sul, ao modificar a Lei n.º 8.821/1989, do mesmo estado, estabeleceu alíquotas progressivas para o ITCD. Tendo como referência essa legislação e outras normas federais, assinale a opção correta.

- A** As alíquotas progressivas estabelecidas pela Lei n.º 14.741/2015 aplicam-se apenas aos casos de transmissão *causa mortis*, não se estendendo à doação.
- B** Está pendente decisão do STF acerca da constitucionalidade da Lei n.º 14.741/2015: há questionamentos acerca da possibilidade de aplicação da progressividade de alíquotas a impostos reais.
- C** A Lei n.º 14.741/2015 estabelece alíquota máxima superior àquela definida pela Resolução n.º 9/1991, do Senado Federal.
- D** No que concerne à transmissão *causa mortis*, a Lei n.º 14.741/2015 estabelece alíquotas progressivas em relação a cada quinhão, não tomando por base o valor total da herança.
- E** Na Lei n.º 14.741/2015, a progressividade é fixada em função das unidades de padrão fiscal (UPF-RS), cujo valor é o vigente na data da morte ou da doação.

**QUESTÃO 32**

Segundo a Lei n.º 8.821/1989, é contribuinte do ITCD

- A** o doador, quando domiciliado ou residente no país.
- B** o donatário, independentemente do domicílio do doador.
- C** o espólio, nas transmissões *causa mortis*.
- D** o doador, ainda que não seja domiciliado nem residente no país.
- E** o inventariante.

**QUESTÃO 33**

Acerca do fato gerador do ITCD, segundo dispõe a Lei n.º 8.821/1989, assinale a opção correta.

- A** No caso de transmissão *causa mortis*, independentemente de quantos forem os herdeiros ou legatários, acontece um único fato gerador.
- B** Incide o ITCD nas transmissões decorrentes de doações de quaisquer direitos relativos a bens móveis, incluídos os direitos reais de garantia.
- C** Caberá ao estado do Rio Grande do Sul — desde que nele seja processado o inventário ou o arrolamento — o ITCD da transmissão *causa mortis* de imóvel situado em outro estado da Federação.
- D** Incide o ITCD na renúncia à herança feita sem ressalvas, em benefício do monte, independentemente de ato praticado pelo renunciante que demonstre aceitação ou não aceitação.
- E** Nas transmissões decorrentes de doações, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os donatários do bem, título ou crédito.

**QUESTÃO 34**

À luz da legislação do estado do Rio Grande do Sul, no caso de transmissão *causa mortis*, consiste em critério temporal da hipótese de incidência do ITCD a data

- A** da apresentação das primeiras declarações no processo de inventário ou arrolamento.
- B** da abertura da sucessão legítima ou testamentária, mesmo nos casos de sucessão provisória e na instituição de fideicomisso e de usufruto.
- C** da abertura da sucessão legítima ou testamentária, exceto nos casos de sucessão provisória e de instituição de fideicomisso e de usufruto.
- D** da partilha de bem por antecipação da legítima.
- E** de adjudicação dos bens a cada um dos herdeiros ou legatários.

**QUESTÃO 35**

A respeito da avaliação contraditória prevista na Lei n.º 8.821/1989, assinale a opção correta.

- A** Somente poderá ser efetuada avaliação contraditória quando circunstância posteriormente conhecida venha a prejudicar a avaliação ou, ainda, desde que não tenha sido pago o imposto ou constituído o respectivo crédito tributário.
- B** É requisito indispensável do requerimento de avaliação contraditória a apresentação de laudo emitido e assinado por técnico habilitado.
- C** Correrão à conta do sujeito passivo, e serão por ele satisfeitas, todas as despesas decorrentes da avaliação contraditória.
- D** Em sede de avaliação contraditória, é vedado ao sujeito passivo indicar assistente técnico.
- E** Às transmissões decorrentes de sucessão legítima ou testamentária não se aplicam as disposições do Código de Processo Civil quanto à avaliação contraditória.

**QUESTÃO 36**

Acerca de taxa incidente sobre inspeção, controle, fiscalização ou promoção do vinho e de derivados da uva e do vinho, prevista na Lei n.º 8.109/1985 do estado do Rio Grande do Sul, assinale a opção correta.

- A** Com o objetivo de incentivar a produção de uva e derivados do estado do Rio Grande do Sul, parte dessa taxa, prevista originalmente na Lei n.º 8.109/1985, foi revogada pela Lei n.º 10.989/1997.
- B** Essa taxa incide de forma única por pessoa jurídica, independentemente da quantidade de estabelecimentos ou do volume de uva industrializada.
- C** A industrialização de uva vinífera é isenta da incidência dessa taxa.
- D** O destino das receitas provenientes dessa taxa é o fundo estadual de apoio ao setor primário (FEASP).
- E** Essa taxa fica reduzida para 25% do seu valor no caso de uva industrializada para a produção de suco concentrado.

**QUESTÃO 37**

A respeito da taxa de serviços diversos, prevista na Lei n.º 8.109/1985, assinale a opção correta.

- A** Essa taxa será cobrada pelo estado do Rio Grande do Sul, na forma da lei, em razão de atividade geral ou indivisível dirigida ao contribuinte, de acordo com a respectiva tabela de incidência.
- B** A fiscalização dessa taxa compete à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), por intermédio de seus órgãos técnicos, que expedirão as normas e instruções necessárias para tal finalidade.
- C** Contribuinte da taxa em questão é a pessoa, física ou jurídica, a quem o estado do Rio Grande do Sul presta ou põe à disposição serviço público especial ou que pratica ato ou atividade sujeitos ao poder de polícia.
- D** Não há, na legislação de regência, casos de isenção à cobrança da taxa de serviços diversos pelo estado do Rio Grande do Sul.
- E** A taxa incide exclusivamente sobre a prestação de serviços e sobre o exercício de poder de polícia de competência da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS).

**QUESTÃO 38**

Isenta(m)-se da taxa incidente sobre unidades de conservação, utilização de recursos hídricos e faunísticos e serviços correlatos

- A** o uso de recursos hídricos legalmente dispensado de outorga.
- B** a visitação e o uso da infraestrutura das unidades de conservação.
- C** o cadastro de empresas perfuradoras de poço tubular.
- D** a outorga para hidrelétrica.
- E** o alvará de açude ou barragem em terra.

**QUESTÃO 39**

A Lei n.º 14.634/2014 instituiu no estado do Rio Grande do Sul a taxa única de serviços judiciais, que, de acordo com a jurisprudência do STF, tem natureza tributária. Contudo, além dessa taxa, a referida lei também prevê o pagamento de despesas sem caráter tributário.

Os serviços remunerados pela taxa de caráter tributário incluem

- A** o arrombamento e a remoção nas ações de despejo e de reintegração de posse.
- B** a expedição de cartas precatória, rogatória, de ordem e arbitral.
- C** a demolição, nas ações demolitórias e nas de nunciação de obra nova.
- D** a despesa postal.
- E** a contraprestação devida a peritos e a assistentes técnicos.

**QUESTÃO 40**

O valor da taxa de fiscalização e controle dos serviços públicos delegados, prevista na Lei n.º 8.109/1985, é calculado com base no faturamento bruto anual do contribuinte no exercício anterior ao da fiscalização e controle.

O STF firmou entendimento de que a referida taxa é

- A** inconstitucional porque não especifica a atividade estatal de fiscalização e controle que vai desencadear a obrigação tributária.
- B** constitucional, já que é desnecessário que as taxas sejam vinculadas a alguma atividade estatal.
- C** constitucional, uma vez que o princípio da legalidade é mitigado na estipulação da base de cálculo das taxas.
- D** inconstitucional, visto que, ao incidir sobre o faturamento bruto, tem fato gerador próprio de contribuição social.
- E** constitucional, pois não tem como fato gerador o faturamento, sendo este utilizado apenas como critério para incidência.

## AUDITORIA CONTÁBIL E AUDITORIA FISCAL

**QUESTÃO 41**

João, contador em situação regular no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, emitiu, após ter sido intimado pelo Poder Judiciário, laudo e parecer técnico-contábil para subsidiar a solução de um litígio.

Nesse caso, João realizou atividade de

- A** auditoria independente.
- B** auditoria interna.
- C** auditoria operacional.
- D** consultoria financeira.
- E** perícia contábil.

**QUESTÃO 42**

A realização de comparações entre informações e entre indicadores contábeis e a análise de relações entre contas e de relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros são procedimentos característicos

- A** da inspeção física.
- B** da observação.
- C** da revisão analítica.
- D** do recálculo.
- E** da segregação de função.

**QUESTÃO 43**

Com o objetivo de confirmar os saldos bancários apresentados, o auditor, por meio de cartas registradas, solicita as informações pertinentes às instituições bancárias das quais a empresa auditada seja cliente. Nesse caso, o auditor realiza uma

- A** inspeção.
- B** repetição.
- C** circularização.
- D** revisão analítica.
- E** conciliação bancária.

**QUESTÃO 44**

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, ao examinar se todas as transações e contas que deveriam ser registradas nas demonstrações contábeis realmente o foram, o auditor independente verifica afirmação referente à

- A** exatidão.
- B** existência.
- C** apresentação.
- D** integralidade.
- E** classificação.

**QUESTÃO 45**

Assinale a opção que indica o componente de controle interno que serve de fundamento para os demais componentes e que se refere diretamente aos valores éticos e à criação de uma cultura de honestidade dentro de uma entidade.

- A** ambiente de controle
- B** processo de avaliação de risco
- C** sistema de informação
- D** atividades de controle
- E** monitoramento dos controles

**QUESTÃO 46**

No início de suas atividades de auditoria em uma empresa, um auditor independente, após a leitura dos manuais de utilização dos sistemas de compras da entidade, realizou questionamentos sobre o regime de alçadas e acompanhou o uso desses sistemas na prática, para verificar a eficácia e o desenho da operacionalização dos sistemas. Ele solicitou a um funcionário da empresa auditada que realizasse pedidos de compras fora de sua alçada estipulada nos manuais, para verificar se o sistema exibia algum erro.

Nesse caso, o auditor realizou um teste

- A** de apresentação e divulgação.
- B** de controle.
- C** de detalhes de saldos.
- D** de detalhes de transações.
- E** substantivo.

**QUESTÃO 47**

Durante auditoria de provisão para contingências do exercício de XI em uma entidade que aplica corretamente as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, um auditor independente consultou os advogados externos da entidade acerca das probabilidades de perda de determinados processos judiciais nos quais a entidade era parte, iniciados naquele mesmo exercício social. Ao comparar os registros da entidade com as informações fornecidas pelos advogados, o auditor identificou quatro processos com divergência de classificação quanto à probabilidade de perda pela entidade, conforme o quadro a seguir.

	classificação do cliente	classificação dos advogados externos	valor do processo (em reais)
processo 028	possível	provável	150.000
processo 049	remota	possível	100.000
processo 093	provável	remota	35.000
processo 101	provável	possível	50.000

Após conferência, foi verificado que as classificações corretas eram as dadas pelos advogados externos. Não houve divergência entre a entidade auditada e os advogados acerca dos valores dos processos judiciais.

Desprezando-se demais despesas ou dados contábeis de outras transações contábeis, é correto afirmar que, antes dos ajustes realizados nas demonstrações contábeis da entidade,

- A** o valor total da provisão para contingências está superavaliado.
- B** o valor total da provisão para contingências está subavaliado.
- C** o valor total da despesa com provisão do período está correto.
- D** o valor total do passivo contingente está superavaliado.
- E** o valor total do passivo contingente está subavaliado.

**QUESTÃO 48**

Após a conclusão dos trabalhos pela empresa de auditoria independente, a responsabilidade pela custódia da documentação é

- A** da controladoria do cliente.
- B** do órgão regulador do cliente.
- C** da auditoria interna do cliente.
- D** da empresa de auditoria independente.
- E** do Conselho Federal de Contabilidade.

**QUESTÃO 49**

Com relação a riscos, julgue os itens a seguir.

- I** Risco do negócio ocorre quando o auditor independente necessita de laudos externos para a avaliação de alguma informação.
- II** Se identificar risco significativo, a equipe de auditoria deverá solicitar interrupção do contrato com o cliente até que a questão seja sanada.
- III** A avaliação do risco de distorção relevante pode mudar durante o curso da auditoria.
- IV** Observação e inspeção são procedimentos utilizados para a avaliação de riscos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

**QUESTÃO 50**

A emissão de opinião inadequada do auditor sobre demonstrações contábeis finais que contenham distorção relevante caracteriza o risco

- A** de auditoria.
- B** de controle.
- C** de detecção.
- D** de distorção relevante.
- E** inerente.

**QUESTÃO 51**

A revisão da qualidade dos trabalhos de auditoria é um processo que visa fornecer, na data do relatório, ou antes, uma avaliação objetiva dos julgamentos relevantes feitos pela equipe de trabalho e das conclusões atingidas ao se elaborar o relatório. Esse trabalho deve ser realizado por

- A** membro da equipe de auditoria especialmente designado para esse fim.
- B** pessoa especialmente designada pela empresa auditada e com a devida qualificação técnica.
- C** sócio da empresa de auditoria ou pelo auditor chefe da equipe que realizou a auditoria.
- D** sócio ou outro profissional da firma de auditoria, ou pessoa externa qualificada, ou equipe formada por essas pessoas, nenhuma delas envolvida na auditoria.
- E** profissional de contabilidade devidamente qualificado e certificado e que não tenha participado ou interagido de qualquer forma com os trabalhos de auditoria, ainda que integrante da empresa auditada.

**QUESTÃO 52**

A respeito do estudo e da avaliação do sistema contábil e dos controles internos das entidades, julgue os itens seguintes.

- I O sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos empregados pela entidade para a proteção de seu patrimônio, para a promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e de suas demonstrações contábeis, e para sua eficácia operacional.
- II Na avaliação do sistema contábil e de controles internos, o auditor deve considerar o ambiente de controle existente na entidade, os procedimentos de controle adotados pela administração da entidade e a existência e efetividade da supervisão externa realizada por órgãos específicos.
- III Ao realizar o estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da entidade, como base para determinar a natureza, a oportunidade e a extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar o grau de descentralização de decisão adotado pela administração da entidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 53**

A continuidade operacional dos negócios da entidade é aspecto relevante para a realização dos trabalhos de auditoria. Caso constate incerteza sobre essa condição, o auditor deve

- A** apresentar à administração da entidade relatório que evidencie a capacidade de continuidade operacional.
- B** avaliar os planos da administração para ações futuras em relação à avaliação da continuidade operacional.
- C** elaborar projeções de fluxo de caixa que permitam avaliar os riscos advindos da descontinuidade operacional da entidade.
- D** realizar levantamento de fatos ou informações adicionais ausentes na avaliação inicial, mas que possam modificar o entendimento da continuidade operacional.
- E** exigir, como condição para a continuidade dos trabalhos, posicionamentos formais da administração ou dos responsáveis pela governança a respeito dos planos de continuidade.

**QUESTÃO 54**

Em auditoria, o tamanho da amostra é influenciado por vários fatores, mas deve possibilitar que o auditor faça inferências sobre toda a população. Entre esses fatores, aquele que possibilita reduzir o tamanho da amostra é o aumento

- A** na taxa tolerável de desvio.
- B** na taxa esperada de desvio da população a ser testada.
- C** na quantidade de unidades de amostragem na população.
- D** na extensão dos riscos de controle, incluídos os controles considerados relevantes na avaliação de riscos do auditor.
- E** no nível de segurança, conforme o qual a taxa tolerável de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.

**QUESTÃO 55**

Há maior risco de ocorrerem distorções em valores, na classificação, na apresentação ou divulgação de informações contábeis quando

- A** os cálculos ou princípios contábeis são muito simples.
- B** verificados altos índices de transações rotineiras na entidade.
- C** a obtenção e o processamento de dados exigem significativo volume de transações manuais.
- D** as avaliações contábeis se baseiam em metodologias diferenciadas.
- E** realizada pouca ou nenhuma intervenção da alta administração na determinação do tratamento contábil.

**QUESTÃO 56**

Existem itens das demonstrações contábeis que só podem ser mensurados por estimativas, o que implica certo grau de incerteza, que, por sua vez, impacta os riscos de distorção e merece tratamento específico nos trabalhos de auditoria. Nesse sentido, as estimativas contábeis associadas a maior grau de incerteza referem-se

- A** a preço de título negociado em bolsa.
- B** ao método de depreciação ou vida útil de itens imobilizados.
- C** à apuração de valores de transações realizadas frequentemente.
- D** ao valor justo de itens negociados em mercados ativos e públicos.
- E** ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão.

**QUESTÃO 57**

A natureza dos relacionamentos e das transações com partes relacionadas pode, em alguns casos, gerar mais riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis do que em transações com partes não relacionadas. Nesse sentido, partes relacionadas incluem

- A** aquelas assim definidas na adequada estrutura de relatório financeiro.
- B** os fornecedores de matérias-primas sem valor estratégico em relação ao comprador.
- C** os acionistas minoritários, mesmo os sem influência significativa na empresa da qual participam.
- D** as entidades com participação direta ou indireta na entidade auditada, mesmo que sem influência significativa ou controle sobre esta.
- E** as entidades sob controle comum de algum estado, mesmo que não realizem transações significativas entre si nem compartilhem recursos em quantidade significativa.

**QUESTÃO 58**

Uma entidade é ré em duas ações judiciais. De acordo com os seus advogados, é possível a condenação da entidade na primeira ação, pois há jurisprudência favorável tanto à tese dos autores quanto à tese de defesa; na segunda ação, a probabilidade de condenação da entidade é remota, pois as decisões judiciais têm sido contrárias à tese da parte autora.

Nessa situação hipotética, a entidade deve

- A** elaborar nota explicativa para as duas ações e efetuar provisionamento apenas para a primeira ação.
- B** efetuar provisionamento para ambas as ações, sem necessidade de nota explicativa.
- C** registrar provisionamento para a primeira ação e confeccionar nota explicativa apenas para a segunda ação.
- D** confeccionar nota explicativa apenas para a primeira ação, sem providenciar qualquer provisionamento contábil.
- E** abster-se de providenciar qualquer provisionamento ou registro em nota explicativa de qualquer das duas ações.

**QUESTÃO 59**

Após a emissão do seu relatório e antes da divulgação das demonstrações contábeis, um auditor independente tomou conhecimento de fato novo e não sabido que teria alterado o relatório.

Nesse caso, o auditor deverá

- A** propor ações para a administração da empresa auditada.
- B** refazer, tempestivamente, todo o relatório de auditoria.
- C** modificar, de pronto, a opinião manifestada em seu relatório.
- D** sugerir procedimento a ser adotado pela administração da empresa auditada, caso haja alterações nas demonstrações contábeis.
- E** aplicar os necessários procedimentos de auditoria, no caso de a empresa auditada alterar as demonstrações contábeis, nas circunstâncias da alteração realizada.

**QUESTÃO 60**

A respeito das implicações de transações e eventos subsequentes para os trabalhos de auditoria, julgue os itens a seguir.

- I A entidade auditada deve ajustar, em suas demonstrações contábeis, os valores reconhecidos por eventos subsequentes que indiquem condições surgidas após o período contábil a que se referem essas demonstrações.
- II Caso, em razão de alteração nas demonstrações contábeis provocadas por evento subsequente, o auditor emita novo relatório da auditoria relativa às demonstrações contábeis alteradas, a data desse novo relatório deve ser anterior à data de aprovação das demonstrações contábeis alteradas.
- III Ocorrendo alteração nas demonstrações contábeis após sua divulgação e havendo a necessidade de emitir novo relatório de auditoria, o auditor independente deve incluir nesse relatório um parágrafo de ênfase com referência à nota explicativa que esclareça, detalhadamente, as razões da alteração do relatório anterior e das demonstrações contábeis emitidas anteriormente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 61**

A empresa Ferragens S.A. mantém parte dos seus estoques guardada na empresa Armazéns S.A. Ao auditar os estoques da Ferragens S.A., o auditor independente constatou a necessidade de confirmação externa, porém a administração não permitiu o envio da solicitação de confirmação.

Considerando-se essa situação hipotética e as normas vigentes de auditoria, é correto afirmar que o auditor deverá

- A** finalizar a realização do trabalho no momento da recusa da administração e emitir um relatório de auditoria com ressalvas.
- B** realizar procedimento de inspeção física na empresa Armazéns S.A., independentemente de autorização da empresa auditada.
- C** registrar os fatos nos papéis de trabalhos e emitir relatório de auditoria com abstenção de opinião em relação aos estoques.
- D** executar procedimentos alternativos de auditoria definidos para obter evidência de auditoria relevante e confiável.
- E** comunicar ao controle interno da empresa auditada que a ausência de informações será utilizada como evidência para encerrar o trabalho.

**QUESTÃO 62**

A evidência de auditoria é uma das preocupações que o auditor independente deve ter na realização dos trabalhos e na formação da sua opinião. De acordo com as normas de auditoria vigentes, é correto afirmar que a qualidade de toda evidência de auditoria é afetada pelas características de

- A** comparabilidade e materialidade.
- B** integridade e objetividade.
- C** relevância e confiabilidade.
- D** integralidade e neutralidade.
- E** segurança e compreensibilidade.

**QUESTÃO 63**

Assinale a opção que apresenta circunstância que justifique a inclusão de um parágrafo de ênfase no relatório de determinado auditor.

- A** sinistro em uma das unidades de armazenamento da empresa auditada que já tenha sido relatado em notas explicativas e que tenha ocasionado perda de estoques
- B** apreensão, por autoridade governamental, de todos os registros contábeis objeto dos exames da auditoria, por tempo indeterminado
- C** negativa, pela administração, de acesso aos relatórios de auditoria referentes a investimentos realizados em controlada e não consolidados nas demonstrações contábeis
- D** ausência de registro a valor presente de parcela relevante da conta fornecedores, com consequente efeito generalizado nas demonstrações contábeis
- E** aplicação antecipada e sem autorização legal — já relatada em notas explicativas — de nova norma contábil, com efeito disseminado de forma generalizada nas demonstrações contábeis

**QUESTÃO 64**

No que se refere à qualidade de uma evidência de auditoria, assinale a opção correta.

- A Um contrato de compra e venda digitalizado e recebido por *email* é mais confiável que o mesmo documento recebido na via original em papel.
- B No caso de dúvida quanto à confiabilidade de determinada evidência de auditoria, o auditor deve ampliar a amostra, excluir da seleção o item questionado e refazer os testes.
- C O conhecimento e a experiência do auditor sobre a área de atuação de um especialista da administração não afetam a confiabilidade da informação prestada à auditoria.
- D O auditor deve avaliar a competência, habilidade e objetividade do especialista para garantir a confiabilidade da evidência no caso de utilização de trabalho de especialista da administração.
- E Uma resposta em reunião presencial a uma indagação feita por representação verbal de membro da administração e o envio de uma resposta por *email* têm o mesmo nível de confiabilidade.

**QUESTÃO 65**

Considerando que, no relatório de auditoria, o auditor independente deve emitir opinião acerca da análise realizada das demonstrações contábeis, assinale a opção que apresenta situação que, encontrada durante auditoria independente em sociedade anônima, permita ao auditor manter o relatório de auditoria sem mudança de opinião.

- A existência de nota explicativa às demonstrações financeiras que descreva incerteza relacionada ao resultado de ação judicial trabalhista movida contra a empresa auditada
- B avaliação de investimento relevante em sociedade controlada pelo custo histórico de aquisição
- C adoção do método de avaliação de estoques último que entra primeiro que sai (UEPS)
- D impossibilidade de obtenção de evidência de auditoria acerca das contas a pagar e a receber da entidade examinada, com efeitos generalizados nas demonstrações financeiras
- E existência de registro de item de despesa como ativo, cujo impacto tenha sido considerado em parcela substancial das demonstrações financeiras

**QUESTÃO 66**

Na avaliação inicial de uma empresa auditada, o auditor independente detectou a possibilidade de a entidade não vir a concretizar um importante contrato de financiamento, por não atender aos pré-requisitos estabelecidos pela instituição financeira.

Nessa situação hipotética, de acordo com as normas de auditoria vigentes, identifica-se um exemplo de risco

- A de negócio.
- B inerente.
- C de controle.
- D significativo.
- E de fraude.

**Situação hipotética 3A7-I**

Determinada entidade, no exercício de 20X7, passou por duas gestões: uma no período de janeiro a maio, e a outra no restante do exercício financeiro. Na auditoria das demonstrações contábeis do exercício de 20X7, o auditor independente aplicou os procedimentos de auditoria na extensão julgada necessária e não encontrou fatos que implicassem modificação de opinião. Entretanto, a administração responsável pelo período de janeiro a maio negou-se a fornecer representação formal, declarando que haviam sido fornecidas todas as informações e permitidos os acessos necessários, bem como que todas as transações tinham sido registradas e estavam refletidas nas demonstrações contábeis.

**QUESTÃO 67**

Considerando-se a situação hipotética 3A7-I, é correto afirmar que, de acordo com as normas de auditoria vigentes, o auditor deverá

- A rever a avaliação de riscos e determinar a natureza, época e extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- B retirar-se do trabalho de auditoria e informar a situação ao superior imediato.
- C ampliar o escopo dos exames e, caso não sejam identificados fatores relevantes, manter sua opinião, finalizando o relatório de auditoria.
- D discutir o assunto com seu superior imediato, registrando o fato e emitindo o relatório de auditoria.
- E reavaliar a integridade da administração e avaliar o efeito que isso pode ter sobre a confiabilidade da representação e da evidência de auditoria.

**QUESTÃO 68**

Na situação hipotética 3A7-I, o relatório de auditoria, conforme as normas de auditoria vigentes, deverá ser registrado com

- A opinião adversa.
- B opinião não modificada.
- C abstenção de opinião.
- D opinião com ressalva.
- E opinião limpa e parágrafo de ênfase.

**QUESTÃO 69**

Em seus trabalhos, o auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para identificar a possibilidade de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nesse contexto, a utilização do procedimento de indagação aos responsáveis pela governança permite ao auditor

- A identificar o envolvimento dos responsáveis com a revisão e avaliação dos controles internos, as conclusões atingidas, os tipos de relatórios emitidos, assim como a reação dos órgãos diretivos e de governança em relação aos assuntos levantados pelos auditores internos.
- B avaliar o nível de cumprimento de leis, normas e regulamentos pela entidade, bem como identificar relações não usuais ou inesperadas e eventuais problemas que sejam úteis para a identificação de riscos.
- C compreender a existência de compromissos e contingências e outras preocupações de natureza legal, como as relativas ao cumprimento de leis e regulamentos.
- D entender o ambiente e a cultura da entidade no que tange aos aspectos de ética, competência, estilo operacional e demais componentes do controle interno.
- E avaliar a adequação da seleção e a aplicação de certas políticas contábeis, mediante a verificação de documentos e relatórios e pelo acompanhamento de transações.

**QUESTÃO 70**

As normas brasileiras de auditoria tratam dos riscos do trabalho e os diferenciam em relação aos trabalhos de asseguarção razoável e de asseguarção limitada, existindo diferentes impactos no relatório de auditoria. A respeito desse assunto, assinale a opção correta, de acordo com as normas vigentes.

- A** No trabalho de asseguarção razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que seja aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que para um trabalho de asseguarção limitada.
- B** A impossibilidade de obter evidências apropriadas e suficientes para formar uma conclusão de asseguarção razoável é razão aceitável para alterar o trabalho de asseguarção razoável para um trabalho de asseguarção limitada.
- C** Opinião não modificada no trabalho de asseguarção razoável deve ser mantida se as circunstâncias impedem que o auditor independente obtenha as evidências necessárias para reduzir os riscos de trabalho ao nível apropriado.
- D** Se a administração impõe uma restrição que impede o auditor de obter as evidências necessárias para reduzir o risco no trabalho de asseguarção razoável ao nível apropriado, deve ser emitida uma opinião não modificada no relatório de auditoria.
- E** No trabalho de asseguarção razoável, a conclusão do auditor é expressa na forma positiva para transmitir a sua opinião sobre o resultado da avaliação do objeto, diferentemente do que ocorre no trabalho de asseguarção limitada.

**QUESTÃO 71**

Determinada empresa sediada em uma unidade da Federação comprou e recebeu uma remessa de algodão em caroço originária de outra unidade da Federação. Nessa operação, em razão da ausência de acordo entre as unidades federativas, não houve substituição tributária.

Posteriormente, a empresa revendeu esse material a um estabelecimento industrial localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), sem ter feito nenhuma etapa de industrialização ou beneficiamento na mercadoria.

Uma vez que a legislação estadual do RS sobre ICMS admite a substituição tributária para esse tipo de mercadoria, a referida empresa, revendedora nessa operação,

- A** deverá antecipar o pagamento do ICMS das operações subsequentes, figurando, nesse caso, como contribuinte de direito.
- B** será, na qualidade de contribuinte de fato, solidariamente responsável pelo pagamento do ICMS apenas em relação às operações antecedentes.
- C** será, na qualidade de substituto tributário, responsável pelo pagamento do ICMS devido nas operações subsequentes que sejam promovidas por contribuintes do RS.
- D** será, na qualidade de substituto tributário, responsável pelo pagamento do ICMS devido nas operações antecedentes e subsequentes promovidas por empresas que não sejam contribuintes do RS.
- E** responderá, como devedor principal, pelo ICMS devido em todas as operações subsequentes, figurando, nesse caso, como contribuinte de direito.

**QUESTÃO 72**

João foi vítima de crime de roubo, situação na qual a sua cédula de identidade civil foi subtraída pelos criminosos.

De acordo com as disposições da Lei estadual n.º 8.109/1985 acerca da taxa de serviços diversos relativa à emissão de segunda via do referido documento, João

- A** será isento do pagamento dessa taxa somente se comprovar hipossuficiência financeira ou se for maior de sessenta e cinco anos de idade.
- B** será isento do pagamento dessa taxa, bastando a apresentação do boletim de ocorrência emitido pelo órgão competente.
- C** será isento do pagamento dessa taxa, desde que apresente boletim de ocorrência emitido pelo órgão competente e uma declaração de hipossuficiência financeira.
- D** deverá recolher previamente a referida taxa e dar entrada no procedimento administrativo de repetição de indébito, o qual deverá ser instruído com as provas necessárias.
- E** deverá recolher normalmente a referida taxa, a qual lhe será restituída após a conclusão do inquérito policial.

**QUESTÃO 73**

O IBAMA é uma autarquia federal que é instituída e mantida pelo poder público e possui como finalidade essencial o exercício do poder de polícia ambiental. De acordo com a legislação estadual do RS, em relação aos veículos de propriedade do IBAMA que estejam diretamente vinculados à fiscalização ambiental, a cobrança de IPVA

- A** é devida, pois apenas a União goza de isenção tributária, a qual não é extensível às suas autarquias e fundações.
- B** é devida, pois somente as autarquias e fundações estaduais gozam de imunidade tributária.
- C** é dispensada somente se a autarquia mantiver escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.
- D** é indevida, pois se trata de uma hipótese legal de imunidade tributária.
- E** é indevida, pois se trata de uma hipótese legal de isenção tributária.

**QUESTÃO 74**

João, residente e domiciliado no estado do Rio Grande do Sul, fez uma doação em espécie a seu enteado, José, menor de idade na ocasião da doação, e residente e domiciliado no exterior. No contrato de doação, João estabeleceu que a responsabilidade pelo pagamento dos tributos incidentes caberia a José. A mãe de José assinou conjuntamente o contrato na condição de representante legal do menor, porém ela não figurou como doadora nesse negócio jurídico. Após ter recebido a doação, e já tendo completado a maioridade, José faleceu, sem ter efetuado o pagamento do ITCD devido.

Nessa situação, o contribuinte do ITCD incidente sobre esse negócio jurídico será(ão)

- A** os pais de José.
- B** o espólio de José.
- C** o inventariante do espólio de José.
- D** João e a mãe de José.
- E** João.

**QUESTÃO 75**

No afã de perseguir o lucro, muitas vezes o contribuinte comete uma infração legal. Em relação à aplicação da legislação tributária do Rio Grande do Sul concernente às infrações, considera-se

- Ⓐ básica a infração material em que ocorra a emissão de documento fiscal após a baixa da inscrição do emitente no cadastro de contribuintes.
- Ⓑ privilegiada a infração formal em que, antes de qualquer medida administrativa, o infrator informe à fiscalização todos os elementos ao conhecimento da infração.
- Ⓒ qualificada a infração material que envolva adulteração de livros fiscais.
- Ⓓ básica a infração formal que decorra de conluio entre as partes.
- Ⓔ privilegiada a infração formal que envolva adulteração de livros fiscais.

**QUESTÃO 76**

Tendo um contribuinte deixado de arrecadar o ICMS devido, seu crédito tributário foi inscrito como dívida ativa, e seu nome foi divulgado como devedor. Depois da inscrição, no entanto, o contribuinte parcelou o crédito.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ É medida acauteladora a arrecadação do ICMS referido nessa situação.
- Ⓑ Após o parcelamento, a divulgação do nome desse devedor é medida que se impõe.
- Ⓒ Feita a divulgação em tela, ficará o contribuinte proibido de realizar negócios com seus fornecedores.
- Ⓓ É medida acauteladora indicada nessa situação o cancelamento da inscrição fiscal do contribuinte.
- Ⓔ É caso de cessação dos efeitos da declaração de remisso.

**QUESTÃO 77**

A empresa Salinas S.A., que devia tributos estaduais, fez uma denúncia espontânea e pediu abatimento da multa moratória do crédito tributário confessado. Analisando o pedido, identificou-se que a denúncia havia sido feita depois da comunicação da Receita Estadual sobre divergências a serem sanadas pela contribuinte mediante a autorregularização.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, a respeito de denúncia espontânea.

- Ⓐ A denúncia espontânea prescindirá de pagamento do tributo devido.
- Ⓑ A denúncia espontânea não acarretará o afastamento da multa apontada.
- Ⓒ A prévia comunicação da Receita Estadual referida ilidirá a denúncia espontânea.
- Ⓓ A denúncia espontânea poderá ser feita pela contribuinte ou por procurador que não seja advogado, tendo em vista tratar-se de procedimento administrativo.
- Ⓔ A denúncia espontânea poderá ser feita por escrito ou oralmente, desde que seja aposta à autoridade fiscal local encarregada da fiscalização.

**QUESTÃO 78**

Um auditor-fiscal da SEFAZ/RS verificou que uma empresa de fachada realizava a simulação de compra e venda de ferragens e sucatas com o objetivo de utilizar crédito de ICMS destacado em documentos fiscais, sem permissão regulamentar.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei estadual n.º 6.537/1973, o auditor-fiscal deverá classificar a conduta empresarial como infração

- Ⓐ material básica.
- Ⓑ formal privilegiada.
- Ⓒ material privilegiada.
- Ⓓ formal qualificada.
- Ⓔ material qualificada.

**QUESTÃO 79**

Na realização de auditoria em determinada empresa contribuinte de ICMS no estado do Rio Grande do Sul, constatou-se a utilização de equipamento de controle fiscal não autorizado pela administração tributária estadual e colocado em uso por terceira empresa de soluções comerciais.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei estadual n.º 6.537/1973, o auditor-fiscal responsável pela auditoria deverá aplicar

- Ⓐ multa à empresa contribuinte, mas não responsabilizar o terceiro que forneceu o equipamento de controle fiscal.
- Ⓑ multa à empresa contribuinte e responsabilizar, no mesmo auto de lançamento, o terceiro que forneceu o equipamento de controle fiscal.
- Ⓒ multa somente ao terceiro que forneceu o equipamento de controle fiscal.
- Ⓓ multa à empresa contribuinte e responsabilizar o terceiro que forneceu o equipamento de controle fiscal, em autos de lançamento distintos.
- Ⓔ penalidade à empresa contribuinte por infração material relativa aos documentos fiscais.

**QUESTÃO 80**

Em auditoria, constatou-se que determinada empresa situada no estado do Rio Grande do Sul creditou-se de ICMS anteriormente cobrado e destacado na primeira via do documento fiscal referente à entrada de mercadoria destinada ao ativo permanente do estabelecimento. O bem foi adquirido em janeiro de 2018 e vendido em julho desse mesmo ano, tendo a empresa se apropriado de metade do valor do crédito decorrente da entrada dessa mercadoria no estabelecimento.

Nessa situação hipotética, nos termos da Lei estadual n.º 8.820/1989, esse ato praticado pela empresa é

- Ⓐ válido, visto que é permitido se creditar do crédito integral decorrente da entrada da mercadoria.
- Ⓑ inválido, porque ela se creditou de valor maior que o permitido pela legislação.
- Ⓒ válido, uma vez que ela se creditou de valor inferior ao permitido pela legislação.
- Ⓓ inválido, haja vista a proibição de se creditar de valor decorrente da entrada de mercadoria que não se encontre mais no ativo permanente da empresa.
- Ⓔ válido, já que ela se creditou do exato valor máximo permitido pela legislação.